CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CNPJ nº 23.844.275/0001-07
NIRE nº 42 3 0004842-9
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Fotovoltaica Assú V S.A. (Assú V ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Assú V (Parque Eólico ou Usina), com potência instalada de 34,0 MWp e capacidade comercial de 9,2 MW médio, em operação comercial desde dezembro de 2017. A Usina está localizada no município de Assú (RN).

Assú V não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Assú V pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda, uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração total bruta de Assú V alcançou 70,8 GWh, inferior em 6,3% à geração verificada em 2022, que foi de 75,6 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 100%, 13,1 p.p. superior ao verificado em 2022, que foi de 86,9%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2023	2022	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	32.335	32.088	247	0,8
Lucro bruto	11.635	15.804	(4.169)	(26,4)
Margem bruta	36,0%	49,3%		(13,3 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	11.467	15.633	(4.166)	(26,6)
Ebitda (Lajida)[1]	20.472	24.655	(4.183)	(17,0)
Margem Ebitda (Lajida)	63,3%	76,8%		(13,5 p.p.)
Resultado financeiro	(1.832)	(4.789)	2.957	(61,7)
Lucro líquido do exercício	9.635	10.844	(1.209)	(11,1)

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorreu substancialmente, pela atualização monetária dos contratos de venda de energia entre os exercícios comparados, atenuado pelo reconhecimento de ressarcimentos no ano de 2023.

EBITDA: as reduções são motivadas, principalmente, pelo aumento dos custos de energia elétrica comprada para revenda.

Resultado financeiro: a redução é proveniente, substancialmente, do aumento da renda de aplicações financeiras e, parcialmente atenuada, pelo aumento de juros e variação monetária sobre financiamento, em decorrência da redução dos índices inflacionários.

Lucro líquido do exercício: redução motivada pelos efeitos anteriormente citados, líquidos dos tributos sobre o lucro.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

8. Agradecimentos

A Administração de Assú V agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2023.

A Administração

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.176	41.177
Contas a receber de clientes	5	3.085	5.794
Outros ativos circulantes		8.721	2.910
		52.982	**49.881**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	4.916	4.460
		4.916	**4.460**
Imobilizado	**7**	**188.899**	**197.406**
Intangível		**343**	**346**
		194.158	**202.212**
TOTAL		**247.140**	**252.093**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	7.436	6.805
Dividendos	11	2.288	2.575
Financiamento	10	6.268	3.312
Ressarcimentos às distribuidoras		513	-
Outros passivos circulantes		1.124	602
		17.629	**13.294**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	3.779	3.259
Financiamento	10	87.532	93.498
Provisão para desmobilização	7	3.732	3.870
		95.043	**100.627**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**11**		
Capital social		125.848	125.848
Reservas de lucros		8.620	12.324
		134.468	**138.172**
TOTAL		**247.140**	**252.093**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**12**	**32.335**	**32.088**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(9.005)	(9.022)
Energia elétrica comprada		(5.829)	(2.570)
Serviços de terceiros		(3.034)	(2.423)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(401)	(325)
Outros		(2.431)	(1.944)
		(20.700)	**(16.284)**
LUCRO BRUTO		**11.635**	**15.804**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(168)	(171)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**11.467**	**15.633**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		4.913	3.283
Renda de depósitos vinculados		512	429
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(6.382)	(7.482)
Juros sobre fornecedores		(362)	(362)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(148)	(218)
Outras despesas financeiras, líquidas		(365)	(439)
		(1.832)	**(4.789)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**9.635**	**10.844**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**9.635**	**10.844**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**9.635**	**10.844**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2021		**125.848**	**732**	**3.323**	**-**	**129.903**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.844	10.844
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	542	-	(542)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.575)	(2.575)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	7.727	(7.727)	-
Saldos em 31.12.2022	**11**	**125.848**	**1.274**	**11.050**	**-**	**138.172**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.635	9.635
Dividendos intermediários		-	-	(11.050)	-	(11.050)
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	481	-	(481)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.289)	(2.289)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	6.865	(6.865)	-
Saldos em 31.12.2023	**11**	**125.848**	**1.755**	**6.865**	**-**	**134.468**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	9.635	10.844
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	9.005	9.022
Juros e variação monetária sobre financiamento	6.382	7.482
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	148	218
Juros sobre fornecedores	362	362
Renda de depósitos vinculados	(512)	(429)
Outros	259	(14)
Resultado antes dos tributos ajustado	**25.279**	**27.485**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	2.709	(3.024)
Outros ativos	(5.704)	(1.226)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	508	(417)
Ressarcimentos às distribuidoras	513	(2.762)
Outros passivos	481	431
Caixa gerado nas operações	**23.786**	**20.487**
Pagamentos de juros sobre financiamento	(6.965)	(9.457)
Caixa líquido das atividades operacionais	**16.821**	**11.030**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(825)	(136)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(825)**	**(136)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de financiamento	-	8.960
Pagamento de financiamento	(2.427)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	56	(186)
Dividendos pagos	(13.626)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(15.997)**	**8.774**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**19.668**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	41.177	21.509
Saldo final	41.176	41.177
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**19.668**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Fotovoltáica Assú V S.A. ("Assú V" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 20.11.2015, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da implantação e exploração da Usina Fotovoltaica Assú V (Usina), bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrente de suas atividades e constituir ou deter participação em consórcios para consecução do seu objeto social. A Companhia foi inicialmente constituída como Sociedade Limitada, tendo tido sua natureza jurídica alterada para Sociedade Anônima em 01.01.2019.

A Usina iniciou sua operação comercial em 23.12.2017, está localizada no município de Assú (RN) e possui potência instalada de 34,0 MWp e capacidade comercial de 9,2 MW médios. A vigência de sua autorização é até junho de 2051.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia).

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.03.2023.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no INATIVO (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20			
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	3.349	113
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	37.827	41.064
	41.176	**41.177**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e de 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2023, os valores a receber no montante de R$ 3.085 (R$ 5.794 em 31.12.2022) correspondem, substancialmente, a comercialização de 9,2 MW médios no Leilão de Energia de Reserva promovido pela Aneel, ao valor de R$ 406,43/MWh, reajustado anualmente pelo IPCA, pelo prazo de 20 anos, cujo início do fornecimento ocorreu em 01.11.2018.

Em 31.12.2023 e 31.12.2022, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2023, a Companhia mantinha R$ 4.916 (R$ 4.460 em 31.12.2022) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, para a usina que contrata serviços de terceiros para essas atividades.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2023			31.12.2022
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,80%	226.005	(48.245)	177.760	186.583
Edificações e benfeitorias	3,49%	8.782	(1.811)	6.971	7.277
Móveis e utensílios		37	(9)	28	28
Direito de uso de arrendamentos		4.471	(767)	3.704	3.216
		239.295	**(50.832)**	**188.463**	**197.104**
Em curso		**436**	**-**	**436**	**302**
		239.731	**(50.832)**	**188.899**	**197.406**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2021	**195.055**	**7.583**	**3.373**	**28**	**272**	**206.311**
Ingressos	-	-	-	-	103	103
Baixas	(9)	-	-	-	-	(9)
Transferências	63	-	-	10	(73)	-
Depreciação	(8.526)	(306)	(157)	(10)	-	(8.999)
Saldo em 31.12.2022	**186.583**	**7.277**	**3.216**	**28**	**302**	**197.406**
Ingressos	-	-	-	-	457	457
Remensuração	-	-	648	-	-	648
Reversão de provisão para desmobilização	(286)	-	-	-	-	(286)
Reversão de estimativas	-	-	-	-	(321)	(321)
Transferências	1	-	-	1	(2)	-
Depreciação	(8.538)	(306)	(160)	(1)	-	(9.005)
Saldo em 31.12.2023	**177.760**	**6.971**	**3.704**	**28**	**436**	**188.899**

c) Provisão para desmobilização

A companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de sua Usina, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos de autorização.

		31.12.2023			31.12.2022
Taxa de desconto	Período de amortização	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
3,61%	2051	3.022	(193)	2.829	3.170

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é baseada nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

d) Autorização do Órgão Regulador

Em 23.12.2017, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial da Usina. A transferência dos ativos para o imobilizado em serviço ocorreu em janeiro de 2018, após a conclusão da totalidade da obra.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos a pagar	4.290	3.695
Energia elétrica comprada	2.804	2.808
Fornecedores de imobilizado	2.093	2.461
Fornecedores de materiais e serviços	1.953	1.058
Encargos de uso da rede elétrica	75	42
	11.215	**10.064**
Passivo circulante	7.436	6.805
Passivo não circulante	3.779	3.259
	11.215	**10.064**

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação	2023	2024	Provável	Δ + 25% (*)	Administração
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2023 e os previstos no cenário provável para 2024, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2024. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2024, em comparação com o ano de 2023, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2023	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	93.800	520	(704)	(69)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2023	31.12.2022
Dívida	93.800	96.810
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(4.916)	(4.460)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(41.176)	(41.177)
Dívida líquida	**47.708**	**51.173**
Patrimônio líquido	**134.468**	**138.172**
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	**0,4**	**0,4**

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.436	808	663	2.307	11.214
Financiamento	8.005	16.035	15.540	68.263	107.843
	15.441	**16.843**	**16.203**	**70.570**	**119.057**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	37.827	41.064
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	3.349	113
Contas a receber de clientes	3.085	5.794
Depósitos vinculados	4.916	4.460
	49.177	**51.431**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	11.215	10.064
Ressarcimentos às distribuidoras	513	-
Financiamento	93.800	96.810
	105.528	**106.874**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldo em 31.12.2021	**89.825**
Captação de financiamento	8.960
Juros e variação monetária	7.482
Amortização de juros	(9.457)
Saldo em 31.12.2022	**96.810**
Juros e variação monetária	6.382
Amortização do principal	(2.427)
Amortização de juros	(6.965)
Saldo em 31.12.2023	**93.800**
Passivo circulante	6.268
Passivo não circulante	87.532
	93.800

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2025	6.396
2026	6.396
2027	6.396
2028	6.396
2029	6.396
2030 a 2034	31.980
2035 a 2038	23.572
	87.532

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento			
	Encargos	Vencimento	Principal	Encargos	Saldo em 31.12.2023
BNB	IPCA + 1,7624% a.a.	07.2038	Mensais, a partir de 08.2023	Mensais	93.800

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor de direitos e créditos emergentes da concessão e de direitos creditórios dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (ii) constituição de Conta de Reserva de Operação e Manutenção, em valor equivalente a 25% do valor anual das despesas com O&M; (iii) Cessão Fiduciária de Conta-Reserva; (iv) conta reserva em valor mínimo equivalente a 4,09% do saldo devedor total do financiamento; (v) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (vi) fiança corporativa da Companhia; e (vi) Contrato de Suporte de Acionistas celebrado com a Companhia.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2023 e 31.12.2022 era de R$ 125.848, representado por 125.848.202 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 125.848.201 pertencem à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“ECP”) e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia. A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2023, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 2.289.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 6.865 do lucro do exercício de 2023 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	35.615	35.350
Transações no mercado de curto prazo	16	9
	35.631	**35.359**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(3.296)	(3.271)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**32.335**	**32.088**

Em 2023, a Companhia realizou o montante de R$ 466 referente ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins, (em 2022 a Companhia realizou o montante de R$ 2.507 referente às provisões registradas em anos anteriores). Tal realização foi feita em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", no passivo circulante.

NOTA 13. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte. O contrato tem vigência até 31.10.2038. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R$ 4.236.

b) Contrato de Conexão

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 31.10.2038. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2023, era de R$ 2.332.

c) Venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, firmados em decorrência do Leilão de Energia de Reserva promovido pela Aneel, de 01 de novembro de 2018, pelo prazo de 20 anos. O compromisso de venda futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2023 é de R$ 521.895.

NOTA 14. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. A Assú V participa da referida apólice no montante de R$ 325.192 para danos materiais e R$ 33.312 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2024.

NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, com início em 01.01.2022 e prazo de duração de 4 anos. O objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da Central Fotovoltáica Assú V S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa Financeira

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
SC 036392/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Building a better working world

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Central Fotovoltáica Assú V S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Central Fotovoltáica Assú V S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Building a better working world

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 28 de março de 2024

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O